

---

# **FOME E MODERNIZAÇÃO NO MARANHÃO: OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EM ITAQUI-BACANGA E O COMPROMETIMENTO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES NA COMUNIDADE DE CAMBOA DOS FRADES (SÃO LUÍS) (1970-2021)**

**HUNGER AND MODERNIZATION IN MARANHÃO: DEVELOPMENT PROJECTS IN ITAQUI-BACANGA AND THE COMMITMENT OF FOOD PRACTICES IN THE COMMUNITY OF CAMBOA DOS FRADES (SÃO LUÍS) (1970-2021)**

**HAMBRE Y MODERNIZACIÓN EN MARANHÃO: PROYECTOS DE DESARROLLO EN ITAQUI-BACANGA Y EL COMPROMISO DE PRÁCTICAS ALIMENTARIAS EN LA COMUNIDAD DE CAMBOA DOS FRADES (SÃO LUÍS) (1970-2021)**

José Raimundo Sousa Ribeiro Junior<sup>1</sup>

Antonio José Araújo Cruz<sup>2</sup>

Livia Cangiano Antipon<sup>3</sup>

---

**RESUMO:** Os últimos dados do IBGE (2020a) indicam um aumento considerável da fome e do risco de fome no território brasileiro, e o Maranhão destaca-se como o primeiro estado do país com mais da metade dos domicílios nestas situações. São Luís, capital do estado, apresenta um processo de urbanização caracterizado pelo empobrecimento de uma boa parcela de sua população e, conseqüentemente, pelo adensamento de suas periferias – situação resultante de modernizações que aportam no estado. Partindo da análise desses processos, analisamos a região do Itaqui-Bacanga, em São Luís, e apontamos como os territórios rurais, a exemplo de Camboa dos Frades, ao sofrerem sucessivos processos de expropriação de seus meios de subsistência, vivenciam a deterioração e/ou interrupção de suas práticas alimentares fortemente arraigadas ao lugar.

**Palavras-chave:** São Luís. Camboa dos Frades. Fome. Práticas Alimentares. Expulsões.

**ABSTRACT:** The latest data from IBGE (2020a) indicate a considerable increase in the risk of hunger and hunger in Brazilian territory, and Maranhão stands out as the first state in the country with more than half of the households in these situations. São Luís, capital of the state, presents an urbanization process characterized by the impoverishment of a good portion of its population and, consequently, by the thickening of its peripheries – a situation resulting from the modernization processes that contribute in the state. Based

---

1 Professor visitante do Instituto de Saúde e Sociedade da Unifesp e representante da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Seção São Paulo) no Conselho Municipal de Segurança Alimentar. E-mail: sousaribeirojunior@gmail.com.

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: antonioaraujo1096@hotmail.com.

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp. E-mail: liviacangiano@gmail.com.

Artigo recebido em fevereiro de 2021 e aceito para publicação em agosto de 2021.

on the analysis of these processes, we analyze the Itaqui-Bacanga region, in São Luís, and point out how rural territories, like Camboa dos Frades, undergoing successive processes of expropriation of their means of subsistence, experience deterioration and / or interruption of their eating practices strongly rooted in the place.

**Keywords:** São Luís. Camboa dos Frades. Hunger. Eating Practices. Expulsions.

**RESUMEN:** Los últimos datos del IBGE (2020a) indican un aumento considerable del riesgo de hambre y hambre en territorio brasileño, y Maranhão se destaca como el primer estado del país con más de la mitad de los hogares en estas situaciones. São Luís, capital del estado, presenta un proceso de urbanización caracterizado por el empobrecimiento de buena parte de su población y, en consecuencia, por el engrosamiento de sus periferias, situación resultante de los procesos de modernización que contribuyen en el estado. A partir del análisis de estos procesos, analizamos la región de Itaqui-Bacanga, en São Luís, y señalamos cómo territorios rurales, como Camboa dos Frades, que atraviesan sucesivos procesos de expropiación de sus medios de subsistencia, experimentan deterioro y / o interrupción de sus prácticas alimentarias están fuertemente arraigadas en el lugar.

**Palabras clave:** São Luís. Camboa dos Frades. Hambre. Prácticas alimentarias. Expulsiones.

## INTRODUÇÃO

Desde 2004, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) começou a mensurar a quantidade de domicílios em situação de fome e risco de fome (insegurança alimentar) no país, o Maranhão figurou como o estado com maior porcentagem de domicílios nessa situação. Entre 2004 e 2017-2018, a proporção de domicílios nessa situação nunca ficou abaixo de 60%, enquanto a média nacional oscilou de 34,9% em 2004, para 22,6% em 2013 e atingiu a marca de 36,7% em 2017-2018 (IBGE, 2020a).

Neste período, o processo de urbanização de São Luís foi marcado, como pretendemos demonstrar a seguir, pelo aprofundamento da precarização da vida dos sujeitos rurais e urbanos periféricos como consequência dos diversos processos de expropriação aos quais eles foram submetidos, contribuindo assim para a produção da fome e do risco de fome no Maranhão.

Essa realidade pode ser observada em Camboa dos Frades, cuja situação geográfica nos permite ampliar a discussão. Assim como outros territórios rurais da região de Itaqui-Bacanga (como o Cajueiro e a antiga Vila Madureira), essa comunidade sofre diretamente as implicações de diversas modernizações<sup>4</sup>: desde a construção do Porto de Itaqui, em 1970, passando pela instalação da Usina Termelétrica do Itaqui, em 2007, até o presente momento com a ampliação do complexo portuário de Itaqui em razão de outra modernização – a do campo maranhense, com a expansão da fronteira agrícola, reconhecida pelo acrônimo MATOPIBA.

Este artigo é produto da reflexão de seus autores em duas frentes de trabalho. A primeira é composta pelas atividades do Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD-Amazonia)<sup>5</sup>, desenvolvidas desde 2019 entre a Universidade Estadual do Maranhão e a Universidade Estadual de Campinas, cujo objetivo principal tem sido refletir sobre o Maranhão a partir de uma perspectiva crítica às modernizações que nele aportam e culminam em determinados usos do território, os quais agudizam suas desigualdades. Já a segunda decorre das reflexões realizadas entre os autores, por meio do Grupo de Trabalho

sobre Questões Alimentares da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Seção São Paulo)<sup>6</sup>, a respeito da fome e de sua produção no período contemporâneo.

Para a elaboração do artigo foram realizadas análise e sistematização de dados do IBGE, além de uma revisão bibliográfica em livros, artigos, teses, dissertações, monografias, materiais jornalísticos (textuais e audiovisuais), incluindo pesquisa nos acervos históricos públicos de São Luís (a exemplo da Biblioteca Pública Benedito Leite). Destaca-se ainda a realização de trabalhos de campo, cujas narrativas de vida escutadas compõem parte central de nossas análises.

Algumas etapas da pesquisa foram realizadas individualmente, considerando as trajetórias de pesquisa e o momento de cada um dos autores. Assim, coube a José Raimundo Sousa Ribeiro Junior analisar e interpretar os dados do IBGE a partir de uma leitura crítica das escalas de insegurança alimentar, assim como propor a leitura da realidade estudada a partir do conceito de práticas alimentares, como forma de avançarmos no debate a respeito da produção da fome como característica inerente ao processo recente de urbanização de São Luís.

Os importantes trabalhos de campo foram realizados pelo mestrando Antonio José Araújo Cruz, entre os meses de novembro de 2020 e fevereiro de 2021<sup>7</sup>, em conjunto com outros pesquisadores que compõem o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (Universidade Estadual do Maranhão) e como parte central de sua trajetória de pesquisa de mestrado intitulada *Modernizações, desigualdades e resistências na metrópole de São Luís: os territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades*<sup>8</sup>, cujo objetivo principal tem sido pensar os processos de expulsão que as comunidades aqui trabalhadas vivenciam em razão do avanço da racionalidade nos territórios rurais da Região Metropolitana da Grande São Luís.

As discussões acerca das modernizações no território maranhense e suas relações com as origens da precarização dos sujeitos urbanos contaram com a colaboração da doutoranda Livia Cangiano Antipon, por meio de sua pesquisa de doutorado em curso, intitulada *Os circuitos da economia urbana e a situação alimentar de São Luís (MA): a dimensão do mercado de alimentação*<sup>9</sup>.

Se algumas etapas de pesquisa foram realizadas individualmente, a redação do artigo foi marcada pelo constante diálogo entre os autores, o que resultou, a nosso ver, em um texto coerente com nossas posições.

O artigo divide-se em duas partes: a primeira trata das situações alimentares do Brasil e do Maranhão a partir dos últimos dados publicados pelo IBGE (2020a; 2020b), por meio dos quais analisamos a disponibilidade domiciliar de alimentos e os índices de fome e risco de fome nestes dois recortes e sua relação com dados relativos a renda, raça e gênero. Neste momento, também nos preocupamos em tensionar o uso do termo “(in) segurança alimentar”, propondo o necessário resgate do termo “fome” para avançarmos nas pesquisas cujo objeto seja entender esse fenômeno na contemporaneidade.

Na segunda parte, que antecede nossas considerações finais, analisamos o comprometimento das práticas alimentares em Camboa dos Frades, resultantes das constantes modernizações do estado do Maranhão, cuja consequência tem sido a expropriação dos modos de vida dos sujeitos rurais e urbanos periféricos. Aqui destacamos os trabalhos de campo como importante caminho metodológico desta pesquisa, uma vez que sem eles seria impossível adentrarmos no tecido social para compreender o cotidiano compartilhado deste território rural.

Como pretendemos demonstrar a seguir, o alargamento da pobreza urbana em São Luís é evidente, e relacioná-lo às modernizações que aportam no estado tem sido um caminho analítico coerente para entendermos a gênese e a consolidação da pauperização da vida de boa parte da população ludovicense.

## **SITUAÇÕES ALIMENTARES NO BRASIL E NO MARANHÃO A PARTIR DOS DADOS DO IBGE**

A intensa desigualdade socioeconômica que caracteriza nossa sociedade manifesta-se de diversas formas. Uma delas pode ser observada no campo da alimentação, uma vez que as assimetrias em relação a “quanto se come” e “o que se come” impedem-nos de falar de uma alimentação dos brasileiros. Pelo contrário, o que se observa no Brasil é uma complexa gradação entre situações alimentares desiguais, que vão desde situações caracterizadas pela fartura e variedade dos alimentos consumidos até aquelas em que as pessoas estão submetidas à fome e ao risco de fome.

Durante os anos 1980, duas pesquisadoras estadunidenses – Kathy Radimer e Cheryl Wehler – coordenaram pesquisas que tinham como objetivo definir e mensurar a fome em um contexto em que as manifestações mais extremas desse fenômeno (inanição) já haviam sido praticamente eliminadas (RADIMER *et al.*, 1992; WEHLER *et al.*, 1992). Desenvolveram, assim, as primeiras escalas de fome, construídas a partir das experiências das pessoas que já haviam experienciado esse fenômeno.

A partir dessas escalas, a fome pode ser compreendida como um processo composto por pelo menos dois estágios. O primeiro deles é o “risco de fome”, momento de preocupação, ansiedade e medo causado pela perspectiva de que os alimentos (ou os meios para adquiri-los) não serão suficientes. Nesse estágio a qualidade e a variedade da alimentação já são fortemente impactadas. O segundo refere-se à fome, momento em que as pessoas passam a experimentar, contínua ou intermitentemente, as sensações físicas e psíquicas causadas pela privação de alimentos. Como essa privação pode ser mais ou menos severa, a intensidade da fome é variável, podendo chegar, nos casos mais graves, ao estágio de inanição.

Nos anos 1990, essas escalas foram utilizadas como referência para a elaboração da Escala de Segurança Alimentar dos Estados Unidos (U.S. Household Food Security Survey Module), que posteriormente foi traduzida para o português e adaptada para a realidade brasileira, dando origem à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) que é utilizada nas pesquisas do IBGE (SEGALL-CORREA; MARIN-LEON, 2009). Como os nomes das escalas indicam, em meio às disputas em torno de qual termo deveria ser utilizado, o termo “fome” perdeu destaque para “(in)segurança alimentar”, o que de muitas formas contribuiu para ocultação e/ou subdimensionamento da fome (RIBEIRO JUNIOR, 2021). Por essa razão,

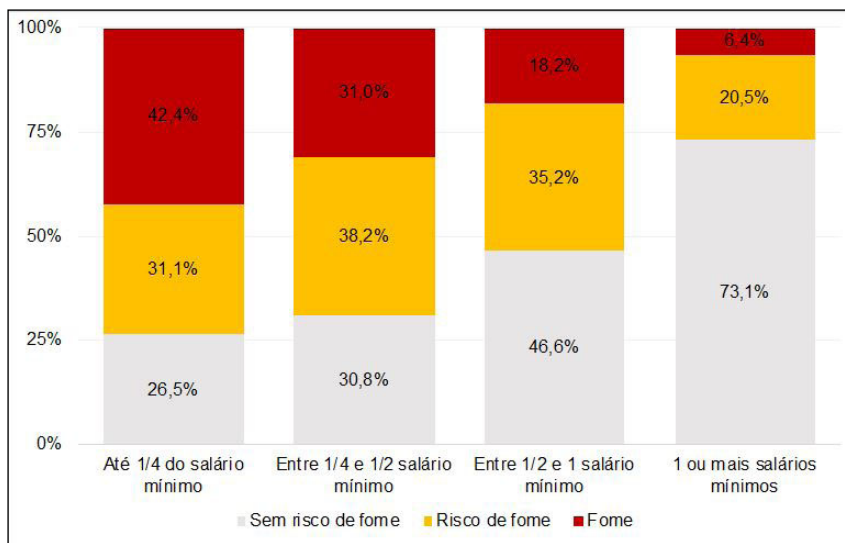
Tomando as pesquisas de Radimer *et al.* (1992) e Wehler *et al.* (1992) como fundamento, defendo a substituição dos termos de “insegurança alimentar leve” por “risco de fome” e “insegurança alimentar moderada e grave” por “fome moderada e grave”. Em outras palavras, defendo o resgate de uma terminologia que tem como fundamento uma definição socialmente reconhecida do fenômeno e comunique claramente a quantidade de pessoas que experienciam o risco de fome e a fome em suas diferentes intensidades (RIBEIRO JUNIOR, 2021).

Como bem sabemos, em sociedades caracterizadas pelas relações sociais capitalistas os alimentos, assim como os demais bens necessários para a manutenção da vida, foram transformados em mercadorias. Assim, para a maior parte daqueles que vivem no Brasil, a única forma de obter os alimentos que precisam é a troca monetária, o que explica a íntima relação entre a situação alimentar de um domicílio e os rendimentos de seus moradores.

A comparação entre a aquisição alimentar domiciliar *per capita* de domicílios brasileiros com rendimento mensal de “até 2 salários mínimos” e “acima de 15 salários mínimos”<sup>10</sup> explicita essa desigualdade, pois nos primeiros consomem-se: 4,1 vezes menos frutas; 3,9 vezes menos hortaliças folhosas ou florais; 2,8 vezes menos hortaliças frutosas ou tuberosas; 2,8 vezes menos laticínios; 2 vezes menos carnes bovinas e 3,1 vezes menos refrigerantes. Por outro lado, os domicílios mais pobres adquirem em média 1,5 vez mais arroz e 1,4 vez mais feijão, o que evidencia a importância desses dois alimentos para a dieta de seus moradores (IBGE, 2021a).

Além de ser muito menor e menos variada, muitas vezes a disponibilidade de alimentos nos domicílios mais pobres também é insuficiente. Mesmo antes da pandemia de Covid-19 o Brasil já era um país caracterizado pelos altos índices de fome (insegurança alimentar moderada e grave) e risco de fome (insegurança alimentar leve). Em 2018, aproximadamente 56 milhões de pessoas (27%) estavam em situação de risco de fome e 28,9 milhões (14%) em situação de fome, e estas duas situações eram muito mais comuns em domicílios nos quais a renda *per capita* mensal era menor do que 1 salário mínimo (Gráfico 1) (IBGE, 2020a).

**Gráfico 1.** Proporção de domicílios em situação de fome e risco de fome, por rendimento domiciliar per capita – Brasil (2017-2018).



Fonte: elaborado por José Raimundo Sousa Ribeiro Junior a partir de dados do IBGE (2021b).

Uma vez que os rendimentos são de muitas formas atravessados e determinados pelas questões raciais, 45,5% dos domicílios que tinham uma pessoa preta ou parda como referência estavam em situação de fome ou risco de fome, enquanto essa taxa era de 26,1% naqueles que tinham como referência uma pessoa branca. A mesma lógica se aplica à questão de gênero, uma vez que 41,6% dos domicílios que tinham uma mulher como pessoa de referência estavam em situação de fome ou risco de fome, contra 33,2% dos domicílios que tinham como pessoa de referência um homem (IBGE, 2020a).

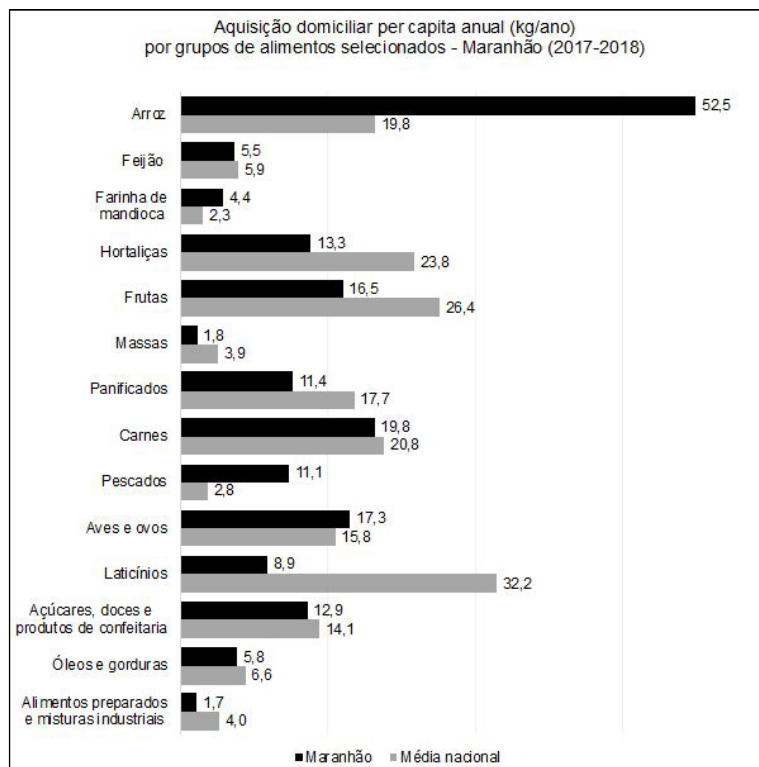
A fome e o risco de fome também assumem uma territorialização complexa. Se é verdade que os dois fenômenos ocorrem com mais frequência em domicílios em áreas rurais (46,4%) do que em áreas urbanas (35,1%), em termos absolutos a fome e o risco

de fome estão muito mais presentes em domicílios urbanos (20,9 milhões) do que em domicílios rurais (4,4 milhões). O mesmo vale para a distribuição destes fenômenos entre as unidades da federação, pois se é verdade que a proporção de domicílios nessas duas situações é maior nas regiões Norte (exceto Rondônia) e Nordeste, em termos absolutos São Paulo é o estado com maior número de domicílios em situação de fome (1,2 milhão) e risco de fome (3,6 milhões) (IBGE, 2020a).

Neste contexto, o Maranhão se destaca por ser a unidade da federação com a maior prevalência de fome e risco de fome. Em 2018, 66,2% dos domicílios estavam nessa situação, e dos 1,97 milhão de domicílios do estado, 695 mil (35,2%) encontravam-se sob risco de fome, e 609 mil (30,9%) em situação de fome. A média nacional de domicílios nessas situações era significativamente mais baixa: 24% em risco de fome e 12,7% em situação de fome. Em conformidade com o raciocínio apresentado, o estado com maior prevalência de fome e risco de fome no país em 2018 foi também aquele que apresentou o maior percentual (53%) de pessoas com rendimento abaixo da linha de pobreza, de 5,50 dólares por dia<sup>11</sup>, o menor rendimento médio (R\$ 1.249) e o maior percentual de trabalhadores informais (64,9%) (IBGE, 2019).

Essa realidade socioeconômica impacta diretamente a aquisição alimentar domiciliar *per capita*, fazendo com que no Maranhão predomine uma disponibilidade domiciliar de alimentos muito semelhante àquela dos domicílios mais pobres do país. O estado apresenta a maior aquisição *per capita* de arroz do país, enquanto as aquisições *per capita* de outros grupos de alimentos estão entre as mais baixas das 27 unidades da federação: hortaliças (23°), frutas (20°), panificados (23°) e laticínios (27°).

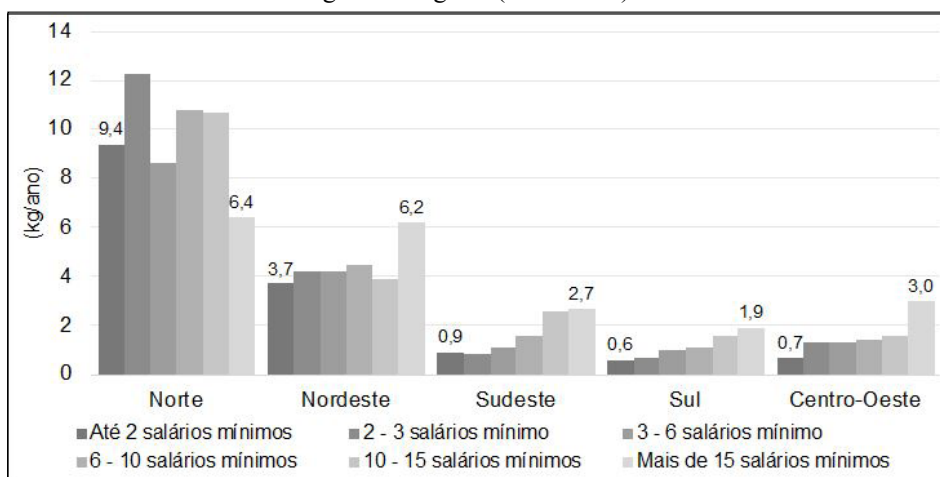
Gráfico 2. Aquisição domiciliar per capita anual (kg/ano) por grupos de alimentos selecionados – Maranhão (2017-2018).



Fonte: elaborado por José Raimundo Sousa Ribeiro Junior a partir de dados do IBGE (2021a).

Um dado, no entanto, merece destaque. Como é possível identificar no Gráfico 2, de maneira semelhante à aquisição arroz, no Maranhão a aquisição domiciliar de pescados (11,1 kg/ano) é significativamente maior do que a média nacional (2,8 kg/ano). Para compreender esse fato é importante considerar outros três dados relativos à aquisição de pescados. Em primeiro lugar, vale destacar que esta é uma realidade muito semelhante àquela observada no Acre, Amazonas, Amapá e Pará, onde a aquisição de pescados varia entre 9,6 e 14 kg/ano, estados que, assim como o Maranhão, fazem parte da Amazônia Legal. Além disso, nas regiões Norte e Nordeste não há grande desigualdade na aquisição de pescados entre os domicílios pertencentes às diferentes classes de rendimento, indicando um consumo substancialmente acima da média nacional mesmo nos domicílios mais pobres (Gráfico 3).

**Gráfico 3.** Aquisição domiciliar per capita anual de pescados (kg/ano) por classes de rendimento nas grandes regiões (2017-2018).



Fonte: elaborado por José Raimundo Sousa Ribeiro Junior a partir de dados do IBGE (2021a).

Por fim, um dado muito importante refere-se ao fato de que parte significativa dos pescados (16,9%) é adquirida de forma não monetária, algo que também ocorre com o arroz (24,8%)<sup>12</sup>. Isso significa que uma parcela considerável da aquisição destes dois importantes alimentos advém de produção própria (cultivos e pesca), doação ou trocas não monetárias (IBGE, 2014).

É significativo que justamente nos dois grupos de alimentos em que o Maranhão apresenta aquisições significativamente maiores que a média nacional a participação da aquisição não monetária seja tão expressiva. Isso aponta para a importância da economia de subsistência na unidade da federação que apresenta o maior índice de fome e risco de fome do país.

Se os dados do IBGE, obtidos por meio de pesquisas amostrais como a *Pesquisa de Orçamentos Familiares*, permitem uma aproximação das características mais gerais das situações alimentares daqueles que vivem no Maranhão, por si só eles não explicam como essas situações foram e continuam sendo produzidas. Para isso, é preciso avançar na análise no sentido de considerar os processos e relações socioespaciais responsáveis pela produção da desigualdade material.

Neste sentido, analisamos a seguir como os projetos de desenvolvimento realizados desde 1970 em Itaqui-Bacanga têm comprometido as práticas alimentares na comunidade de Camboa dos Frades (São Luís), como forma de aprofundar nossa análise acerca da produção da fome e do risco de fome em território maranhense.

## **O COMPROMETIMENTO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES EM CAMBOA DOS FRADES**

O estado do Maranhão caracteriza-se historicamente por sucessivas modernizações (SANTOS, 1979) sobre os seus espaços agrários e urbanos. Ou seja, sofre diversas implicações resultantes dos distintos períodos da história econômica que atravessam o país – situação deflagradora, entre outras, da expropriação dos sujeitos que usam o território, especialmente como meio de subsistência. A consequência é sentida cotidianamente por parte de seus habitantes, sobretudo os periféricos e os das zonas rurais de São Luís, a capital do estado com o maior índice de fome e risco de fome do país (IBGE, 2020b).

Camboa dos Frades, a noroeste do núcleo central da cidade<sup>13</sup>, é composta por aproximadamente quarenta famílias, em sua maioria negras, autoidentificadas como pescadoras, extrativistas, agricultoras e marisqueiras, e faz parte das cerca vinte comunidades que compõem a zona rural da metrópole ludovicense. Segundo consta em documento do Arquivo Público do Estado, exposto no livro de registros da Freguesia de São Joaquim do Bacanga, Camboa dos Frades foi um território doado, em 1698, pelo então rei de Portugal Dom Pedro II, aos Frades Capuchinhos de São Luís (CARVALHO, 2011; CARVALHO; RIBEIRO, 2011) e, em 1920, repassado às famílias de pescadores que ali chegavam do campo maranhense e se instalavam em razão da própria condição do sítio, propícia às atividades pesqueiras e extrativistas (AMORIM *et al.*, 2009). Por sua vez, Carvalho (2011) assinala que a opção dos pescadores por usarem esse lugar como abrigo relaciona-se também à possibilidade de as famílias localizarem-se próximo ao núcleo central da cidade de São Luís – lugar por excelência da troca dos alimentos ali pescados e plantados –, porém podendo continuar a desenvolver suas atividades produtivas, seus modos de vida e suas práticas culturais advindas do campo.

A década de 1970, com os projetos desenvolvimentistas da ditadura militar, caracteriza um período de mudanças para essa comunidade, a exemplo das pressões sofridas após a instalação das indústrias minero-metalúrgicas, como a então Companhia Vale do Rio Doce e o Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A. (ALUMAR), e do Porto de Itaqui, na região de Itaqui-Bacanga, sudoeste da cidade. Tais projetos deram início às expulsões dos grupos que ali viviam, os quais passaram a compor também o alargamento das periferias de São Luís em um período de forte empobrecimento (SANT’ANA JÚNIOR, 2016). Foi nesse momento que, às margens do Rio Bacanga e nas proximidades do Porto de Itaqui, densificaram-se as periferias nos bairros Anjo da Guarda, Sá Viana, Embratel, Fumacê, Vila Nova e Vila Maranhão (FERREIRA, 2014; ALMEIDA; MOURÃO, 2017; LACROIX, 2020).

O centralismo autoritário dos governos militares e as políticas nacionais desenvolvimentistas também inseriram, mais uma vez a partir do setor primário, o Maranhão na Divisão Territorial Internacional do Trabalho. Os projetos de modernização do campo foram sentidos, sobretudo, por meio da expansão das áreas destinadas à agropecuária (ALMEIDA; MOURÃO, 2017) e também a partir de programas nacionais como o *Proálcool*, o qual fez “ressurgir as usinas de cana de açúcar”, incentivando a expansão do latifúndio e, assim, forçando “os seculares movimentos migratórios campocidade” (BURNETT *et al.*, 2016, p. 28) do Maranhão. Chama atenção o quanto o Porto de Itaqui e a ferrovia Carajás-Itaqui participaram da transformação na distribuição da população do estado – até então majoritariamente rural, segundo o Censo Demográfico de 1970 (cerca de 80%) –, culminando em um “aumento vertiginoso da população



metropolitana” de São Luís, com a ampliação do “mercado de trabalho e a emergência de um proletariado industrial” (Idem) advindos dos processos igualmente modernizantes e excludentes do campo maranhense.

Vale pontuar, portanto, que a implementação desses projetos, somada à situação agrária maranhense no período, alterou “profundamente a função econômica e social de São Luís” (ALMEIDA; MOURÃO, 2017, p. 128). Neste contexto, a dinâmica territorial de Camboa dos Frades, bem como das outras comunidades rurais com as quais ela mantém relações de contiguidade – a exemplo da Comunidade do Cajueiro<sup>14</sup> – conjugou-se ao processo de urbanização de São Luís, claramente marcado pelo processo de espoliação (KOWARICK, 1993) que se materializa na precariedade da vida dos sujeitos urbanos e periféricos.

Tais movimentos de expulsões e cerceamento do exercício das práticas econômicas, políticas, sociais e culturais de Camboa dos Frades perduram e se agravam a partir de 2007, com a implantação da Usina Termelétrica do Itaqui (UTE Itaqui)<sup>15</sup>, empreendimento da empresa Diferencial Energia Empreendimentos e Participações, a qual prestou serviços para a companhia paulista MPX Energia S.A., do grupo EBX, de propriedade do empresário Eike Batista<sup>16</sup> (SANT’ANA JÚNIOR; ALVES, 2010; CORRÊA, 2017).

Entre outros impactos negativos, a instalação da UTE Itaqui comprometeu fortemente as práticas alimentares dos moradores de Camboa dos Frades, ou seja, o conjunto de práticas socioespaciais relacionadas a produção, aquisição, preparo e consumo dos alimentos (RIBEIRO JUNIOR, 2016). A consideração das práticas alimentares nos parece essencial para refutarmos uma compreensão que reduz a alimentação à ingestão de calorias e nutrientes, como se nos alimentássemos apenas para sobreviver. A alimentação, assim como outras necessidades que são socialmente satisfeitas, é uma forma de apropriação da realidade objetiva, e o que define a apropriação não é a posse do objeto, mas a possibilidade de usufruí-lo “de forma humana e total” (LEFEBVRE, 2008, p. 156). Além disso, não se trata apenas da apropriação dos alimentos em si, mas também da forma como estes são produzidos, adquiridos, preparados e consumidos.

Apesar de distintas, é imprescindível considerar que existe uma íntima relação entre as práticas alimentares. A forma como os alimentos são produzidos, por exemplo, impacta diretamente o modo como eles são adquiridos, preparados e consumidos. Assim, se é possível separar tais práticas no momento da análise, é muito importante reconhecer a estreita relação de interdeterminação entre elas.

Uma das primeiras mudanças provocadas pela implantação da UTE Itaqui que impactou as práticas alimentares dos moradores de Camboa dos Frades foi a remoção, para o município de Paço do Lumiar (a 40 km, no extremo oposto do município de São Luís), da comunidade Vila Madureira (CORRÊA, 2017), com a qual Camboa dos Frades mantinha fortes relações e laços de solidariedade – por exemplo, o fato de ambas compartilharem uma associação de moradores, além de tradicionalmente realizarem “trocas comerciais e de serviços (mutirões, trocas de dias de trabalho na roça)”, indicando “fortes vínculos sociais de reciprocidades por meio do parentesco, compadrio e amizade” (SANT’ANA JÚNIOR; ALVES, 2010, p. 12). Tais comunidades partilhavam, ainda, a produção agrícola voltada ao abastecimento familiar de farinha de mandioca (puba), feijão, milho, hortaliças (tomate, cebolinha, cheiro-verde, maxixe, quiabo, coentro, pimentinha etc.), além de rotas de pescas nas praias e igarapés (Irinema e Itaquizinho), contíguos à comunidade (Trabalho de Campo, novembro de 2020).

Cabe destacar que mesmo dentro da comunidade de Camboa dos Frades, a atividade pesqueira baseia-se na cooperação cotidiana e na ajuda mútua entre os moradores. Além disso,

atividades agroextrativistas como a plantação de mandioca e banana e o aproveitamento da palmeira do babaçu para fazer carvão, azeite e a cobertura de casas – já que a maioria dos moradores reside em habitações de taipa e chão de terra batida (Figura 1) – asseguram a produção material e imaterial dos homens e mulheres abrigados no lugar.



Fonte: Cruz (2021, Trabalho de Campo).

**Figura 1.** Comunidade Camboa dos Frades.

A desapropriação dos moradores de Vila Madureira foi acompanhada de um segundo processo que impacta diretamente as práticas alimentares dos moradores de Camboa dos Frades. Trata-se da perda do acesso da comunidade à principal via do entorno, a BR-135, que antes ocorria a partir do antigo território rural de Vila Madureira, agora substituído pela UTE Itaqui. Os moradores, além de se exporem ao perigo de transitar pela BR-135 – via tomada por “caminhões, maquinários pesados e materiais” (SANT’ANA JÚNIOR; ALVES, 2010, p. 12) e que articula as zonas rurais e periféricas do oeste de São Luís ao núcleo central e a outras localidades –, também encontravam dificuldades de locomoção, sobretudo em períodos chuvosos, quando o acesso à rodovia era tomado pela “lama, devido às obras de terraplanagem que se iniciavam” (Idem, p. 13). Nesse sentido, a comunidade passa a ficar enclausurada, com severas dificuldades de locomoção e submetida ao controle privado por meio de sucessivos constrangimentos causados pela empresa responsável pela instalação da UTE Itaqui e pelos seus seguranças (AMORIM *et al.*, 2009; SANT’ANA JÚNIOR; ALVES, 2010; CARVALHO, 2011).

O isolamento de Camboa dos Frades dificultou, e muitas vezes inviabilizou, as atividades comerciais dos alimentos ali pescados ou plantados e revendidos em outras localidades da cidade. Além disso, conforme noticiado em 2009, crianças e adolescentes passaram a caminhar diariamente 3 km para chegar à BR-135, por onde passa o transporte escolar (CRIANÇAS..., 2009). Isso prejudicou seu acesso à alimentação escolar, uma vez que quando não chegam a tempo perdem o dia de aula e a refeição que lhes seria oferecida, dificultando, portanto, sua participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Por fim, além de desorganizar essas relações já estabelecidas entre as comunidades vizinhas, a instalação da UTE Itaqui promoveu o desmatamento e o assoreamento de manguezais e o despejo de dejetos nos lugares de pesca, justamente de onde a comunidade adquiria seus alimentos tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização – sobretudo nos bairros Anjo da Guarda, Vila Maranhão e no núcleo central de São Luís – como forma de obter renda (Trabalho de Campo, novembro de 2020).

Assim, a impossibilidade de continuar estabelecendo vínculos com a comunidade vizinha de Vila Madureira, a mobilidade prejudicada pela UTE Itaqui devido à restrição de acesso às outras localidades, bem como os sucessivos desmatamentos e assoreamentos do entorno foram, claramente, três formas de comprometimento das práticas alimentares de Camboa dos Frades e também fortes condicionantes da expropriação desses moradores de seus territórios de produção e reprodução da vida.

Desde então, o aprofundamento dessas relações entre processos modernizadores e a luta diária para garantir a existência em seus lugares de pertencimento e organização da vida tornou-se uma constante no cotidiano dos habitantes, não somente de Camboa dos Frades, mas de todas as comunidades adjacentes ao Porto do Itaqui, sobretudo quando este se sobressai dentre os sistemas de engenharia portuária da formação socioespacial brasileira, conjugado, em 2015, à oficialização da nova fronteira agrícola do país, o MATOPIBA<sup>17</sup>.

Ao longo dos anos, a demanda pela expansão do fluxo de cargas do Porto do Itaqui exigiu o investimento em infraestrutura portuária, de modo que essa ação se tornou quase uma condição *sine qua non* para a viabilização da competitividade do porto, o qual hoje se encontra como o primeiro no Arco Norte e o terceiro do Brasil na exportação do grão de soja, ficando atrás somente do Porto de Santos (SP) e do Paranaguá (PR) (PORTO..., 2019).

Para suprir tal demanda, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), por meio do *Plano Mestre do Complexo Portuário do Itaqui*, de 2017, e do *Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado do Itaqui* (PDZ), de 2019, apresentou as projeções e as necessidades para a ampliação das atividades portuárias a partir de sua expansão em curto, médio e longo prazo, tanto sobre o Distrito Industrial de São Luís (DISAL) quanto sobre os territórios rurais em questão (EMAP, 2019).

A empresa incumbida de viabilizar parte desse plano de expansão é a Suzano Papel e Celulose S.A.<sup>18</sup>, a qual possui o direito de uso temporário da infraestrutura do Porto de Itaqui para a movimentação e armazenagem de celulose<sup>19</sup>. Em 2019 ela se tornou responsável por implantar instalações voltadas tanto para movimentar e armazenar a carga geral (papel e celulose) quanto para desenvolver e facilitar os acessos aos modais ferroviários e rodoviários às suas instalações (EMAP, 2019).

As comunidades de Camboa dos Frades e Cajueiro eram, dentre todas estudadas pelos referidos planos<sup>20</sup>, as únicas que sofreriam impacto direto em suas áreas com as ações da Suzano Papel e Celulose S.A. para a expansão do porto. O relatório da EMAP (2019, p. 643) chegou a apontar à época, para ambas as comunidades, que haveria

restrições nas áreas de pesca [devido à] supressão vegetal do mangue localizado próximo aos Igarapés Irinema e Buenos Aires, bem como possível alteração da qualidade da água devido a supressão e as atividades construtivas do empreendimento [...].

Portanto, a posição da EMAP – claramente condicionando o “desenvolvimento” do lugar ao processo de modernização – ressaltava a centralidade da consecução da expansão do porto no que a empresa considerava como “desenvolvimento social e econômico, local, estadual e nacional”, ainda que as obras afluíssem conflitos que afetariam, “principalmente, a população que tem a pesca como atividade econômica ou para consumo das famílias” (Idem).

Destacamos que, diferentemente do Cajueiro, Camboa dos Frades não seria uma comunidade que sofreria diretamente um processo de desapropriação, já que o projeto de expansão atingiria uma área já pertencente ao Porto do Itaqui (EMAP, 2019). No entanto, como apresentado, a impossibilidade de realizar suas atividades econômicas e de subsistência, majoritariamente em torno da pesca, culminou em um processo renovado de comprometimento e/ou interrupção das práticas alimentares, o que por sua vez prejudica ainda mais a situação alimentar desses moradores.

Em 2019, quando a Suzano Papel e Celulose S.A. começou a executar o trabalho de ampliação do porto, instituíram-se de forma latente os conflitos socioterritoriais em Camboa dos Frades e, segundo os moradores entrevistados<sup>21</sup>, não houve e continua não havendo diálogo algum entre a comunidade e a empresa, uma vez que esta afirma que não há projeto de expropriação territorial dos moradores.

No entanto, desde o início das obras de expansão, como já previa o *Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado do Itaqui* e a partir dos dados obtidos em campo, constatou-se o tráfego de veículos pesados no entorno, bem como o aumento da poluição sonora, dos solos, dos manguezais e dos locais de pesca, somados à restrição do exercício da pesca artesanal e da navegação nos rios e nas praias das proximidades, outrora usadas com frequência pelos moradores de Camboa dos Frades, como a praia de Cajueiro ou Parnaçu, o Boqueirão e a ilha de Tauá-Mirim. Os moradores da comunidade alegam, ainda, a violência institucional, cujo sentido tem sido a negação de suas existências:

*[...] a empresa diz que ficou monitorando por cerca de um mês a área em 2019 e não viu pescador nessa região. No entanto, eles que deveriam estar monitorando de forma ilegal as comunidades durante o dia, mas na maioria das vezes os pescadores vão pescar é no período da noite. A empresa, com essa afirmação dela, de que não tem pescador, quer dizer que o meu marido e os outros pescadores que saem todo dia não estão pescando? Mas eles voltam todos os dias com peixe e, apesar de ter diminuído muito por conta das ações destruidora da empresa, de poluição dos rios, desmatamento e do grande barulho que fazem e espantam os peixes, é dessa forma que ainda temos garantido o sustento das nossas famílias (P. Trabalho de Campo. Entrevista concedida em novembro de 2020).*

Esse relato revela que os moradores de Camboa dos Frades reconhecem não apenas os impactos causados pelos projetos de desenvolvimento que se instalaram na região de Itaqui-Bacanga, mas também a forma como eles afetam diretamente suas práticas alimentares. A degradação ambiental é vivida como mais uma restrição à pesca, prática essencial à reprodução familiar e manutenção da vida.

Destacamos que as outras atividades agrícolas – já afetadas pela UTE Itaqui – e a criação de animais de pequeno porte e de aves (galináceos), bem como a extração de mariscos (caranguejos e camarão), banana e coco da palmeira de babaçu, configuram-se

como atividades secundárias à pesca – cuja importância é indiscutível à essa população, uma vez que, como observado, volta-se tanto para o consumo familiar como para a geração de renda, com as trocas realizadas próximo à comunidade e no próprio Mercado de Peixes do núcleo central histórico de São Luís.

A caracterização da situação alimentar no Maranhão apresentada no início deste artigo dialoga diretamente com a realidade verificada em Camboa dos Frades e indica a importância de os moradores poderem realizar, de fato, suas atividades econômicas em seus territórios, bem como manterem laços entre as comunidades ao redor como garantia de aquisição e consumo de alimentos. Explicita-se, portanto, a dependência desta população dos modos de vida que remetem a um uso do território (SANTOS, 1996) como abrigo (GOTTMANN, 2012 [1975]) das práticas instituídas para a sobrevivência.

Também ressaltamos que a ampliação do porto, além de afetar a principal atividade econômica da comunidade, não gerou, nem durante a fase de instalação do empreendimento, sequer um emprego<sup>22</sup> – malgrado o *Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado do Itaqui* expor que haveria ofertas com a ampliação desse sistema de engenharia. Trata-se de trabalhadores com mais de 40 anos, habituados às atividades tradicionais atreladas ao entorno, com baixa ou nenhuma escolaridade; não conseguem, portanto, encontrar trabalho, ou se encontram, certamente inserem-se na pauperização da vida urbana.

Os próprios moradores têm consciência do processo de expropriação ao qual estão sendo submetidos. De acordo com P.

*[...] a empresa chega com o discurso do emprego, mas o que ela faz é desempregar, porque nos expulsa das atividades que sabemos fazer. Mas o nosso direito não pode ser tirado, o nosso direito não pode ser tomado, nosso direito não pode ser roubado. Nós temos que ser respeitado, queremos viver bem e comer bem em nosso território como era antes, porque ele sempre foi riquíssimo em relação à pesca. Não podemos esperar nada dessa empresa, porque a gente já viu que mesmo diante da pandemia<sup>23</sup> que estamos vivendo, mesmo ela sabendo das dificuldades que passamos, ela não teve coragem de trazer nenhuma cesta básica para as famílias daqui. Então, se a gente for depender dela para viver, vamos morrer de fome (P. Trabalho de Campo. Entrevista concedida em fevereiro de 2021).*

A fala do morador explicita o embate entre a vida e a sobrevivência, pois a pesca aparece como elemento central para que se possa “viver e comer bem”, em contraposição à situação de dependência, criada pelos projetos de desenvolvimento que comprometeram suas práticas alimentares, em relação à entrega de cestas básicas.

Assim, tal depoimento, além de ser outro indício de que as práticas alimentares da comunidade passam por certos comprometimentos, acaba por sinalizar um aumento da pobreza e vulnerabilidade desses sujeitos que, tudo indica, vivem na linha tênue entre conseguir algum rendimento – após seus meios de sobrevivência terem sido expropriados – e depender de doações de alimentos para realizar suas refeições diárias.

Diante dessa trama de conflitos envolvendo o uso do território em Camboa dos Frades, sobressai-se a articulação de seus moradores a outros territórios rurais, como Cajueiro e Taim. Tais grupos vêm buscando o apoio de movimentos sociais, dos grupos de estudos do Instituto

Federal do Maranhão, bem como das Universidades Federal e Estadual do Maranhão e do Ministério Público do Maranhão para construir suas resistências aos processos modernizantes.

Destacamos as lutas e reivindicações (i) para que a proposta de atualização do Plano Diretor de São Luís seja revista, em razão da proposta atual de diminuir 40% dos territórios rurais de São Luís, afetando diretamente essas comunidades; e (ii) para que a viabilização da proposta, advinda dos moradores das comunidades citadas, de criar a reserva “Resex de Tauá-Mirim” seja considerada pelo estado como forma de preservar os modos de vida desses territórios.

Os processos de expropriação dos meios de subsistência da comunidade impossibilitam a realização da pesca e somam-se à falta de perspectiva de inserção dos moradores em outras atividades econômicas. A ampliação do Porto de Itaqui é responsável, portanto, pela deterioração da situação alimentar de Camboa dos Frades, cuja consequência é, novamente, a expulsão dos sujeitos rurais e o adensamento das periferias urbanas de São Luís. Movimento não livre de resistências e insurgências daqueles que, na vida cotidiana, têm dimensão do processo de precarização ao qual estão sendo submetidos e que revela a miséria planejada: “*porque você não tem alimento de qualidade para comer, você não tem água de qualidade para beber, você não tem nada*” (M. Trabalho de Campo. Entrevista concedida em fevereiro de 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A enorme desigualdade socioeconômica que caracteriza o Brasil manifesta-se de diversas formas, entre elas, na alimentação de seus habitantes. Dados do IBGE (2020a, 2020b) permitem identificar que uma parcela expressiva de nossa sociedade possui uma alimentação pouca variada e insuficiente, o que se verifica, sobretudo, nos domicílios empobrecidos que têm como referência pessoas negras e/ou mulheres. Mais do que isso, estes dados permitem afirmar que o Brasil segue sendo um país marcado pela fome e pelo risco de fome.

Dentro da complexa territorialização desses fenômenos em território nacional, o Maranhão se destaca como o estado com a maior proporção de pessoas em situação de fome ou risco de fome. Nesse contexto, muitas comunidades rurais, entre elas Camboa dos Frades, se apoiam profundamente na produção de alimentos e nas trocas destes (monetárias e não monetárias) para se reproduzirem socialmente.

Ao mesmo tempo, observa-se que o Maranhão cumpre um papel cada vez mais importante para a produção e exportação de *commodities*. Em 2020, mesmo no contexto pandêmico da Covid-19, as atividades do Porto do Itaqui fecharam o ano com uma marca histórica de movimentação de cargas que superam aquela atingida em 2019: foram 25,3 milhões de toneladas movimentadas. Entre outras cargas, os grãos de soja, milho e farelo de soja alcançaram 12,1 milhões de toneladas; os fertilizantes, 2,6 milhões de toneladas; e a celulose, 1,4 milhão de toneladas (PORTO..., 2021).

Os projetos de desenvolvimento realizados desde 1970 na região de Itaqui-Bacanga para viabilizar esses e outros negócios têm sido responsáveis pela expulsão direta ou indireta de comunidades rurais dos territórios que ocupam. Se algumas comunidades, como a de Vila Madureira, são simplesmente desapropriadas e realocadas em lugares distantes, outras, como é o caso de Camboa dos Frades, sofrem com diversas formas de pressão para abandonarem seu território. Em ambos os casos, trata-se de expropriação dos moradores em relação aos seus meios de subsistência.

A análise dos impactos provocados pela instalação da UTE Itaqui (a partir de 2007) e pelo projeto de expansão do porto (desde 2017) permite-nos identificar a fome e o risco de fome simultaneamente como meio e produto dos processos de expropriação. Produto, porque a interrupção ou o comprometimento de suas práticas alimentares são responsáveis pela deterioração de sua situação alimentar e pelo consequente aumento da fome e do risco de fome na comunidade. Mas também meio, pois uma vez nessas situações os moradores dessas comunidades se veem ainda mais vulneráveis à expulsão dos territórios que ocupam.

## NOTAS

4 Conforme Santos (1979, p. 29), o uso do termo “modernizações” no plural seria “o único modo de levar em conta as (múltiplas) implicações temporais” sobre “a organização ou a reorganização do espaço, da sociedade e da economia” resultantes do movimento do capitalismo nos países da periferia

5 Projeto intitulado “Uso do território, modernizações, desigualdades sociais e questão ambiental no Maranhão”, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e composto pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, da Universidade Federal do Pará e da Universidade Estadual de Campinas. Coordenado pela Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva (Unicamp) e pelos Profs. Drs. Claudio Eduardo de Castro e Cristiano Nunes Alves (Uema).

6 Espaço que reúne estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadoras e pesquisadores, professoras e professores e profissionais de diferentes estados brasileiros e que tem como objetivo acompanhar e debater questões relativas à alimentação e à fome a partir de uma perspectiva crítica da realidade.

7 Essas atividades seguiram os protocolos de segurança do estado do Maranhão, em razão da pandemia de Covid-19.

8 Pesquisa financiada pela Capes e orientada pelo Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves (UEMA).

9 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) (Processo: 2019/13511-0) e orientada pelo Prof. Dr. Marcio Cataia (Unicamp).

10 Estas são as classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar utilizadas pelo IBGE nessa publicação. Em 2018, ano em que os dados foram obtidos, 22% da população residiam em domicílios com renda mensal de até 2 salários mínimos, e 6% em domicílios com renda mensal acima de 15 salários mínimos (IBGE, 2020b, p. 23).

11 Linha de pobreza adotada pelo Banco Mundial para países, entre eles o Brasil, com rendimento médio-alto. (IBGE, 2019, p. 58).

12 Trata-se de proporção significativamente superior à aquisição não monetária de hortaliças (5%), frutas (5,2%), panificados (1,5%), carnes (3,6%) e aves e ovos (7,2%). Todos os dados referentes à aquisição não monetária remetem à edição de 2008-2009 da Pesquisa de Orçamentos Familiares, uma vez que estes dados não constam da publicação e das tabelas da edição de 2017-2018 desta pesquisa (IBGE, 2011).

13 Optamos por não incluir uma representação cartográfica para Camboa dos Frades, uma vez que a comunidade, por não reconhecer os limites hoje impostos, passa por um momento de autocartografia e redefinição dos espaços, inclusive em disputa com áreas do próprio Porto de Itaqui.

14 Como parte da agenda de pesquisas, estudamos os movimentos de resistência na

comunidade do Cajueiro, recentemente atingida pelos processos de modernização do estado. Para maiores informações, consultar Cruz e Antipon (2020).

15 A Usina Termelétrica do Itaqui fez parte da política energética do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

16 Segundo Corrêa (2017, p. 50), “desde maio de 2013, a empresa alemã E.ON assumiu o controle da MPX Energia, mudando o nome para ENEVA”.

17 Conforme Lopes Xavier (2019, s/p), “na última década, os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (aqui aludidos por meio do acrônimo Matopiba) têm passado por transformações em suas economias, ocupando participação cada vez maior na produção agrícola nacional, especialmente de alguns produtos como soja, milho, celulose e algodão. Com vastas extensões cobertas pelo Cerrado, esses estados conformam o território da chamada nova fronteira agrícola brasileira”.

18 Empresa brasileira de capital aberto, controlada pela Suzana Holding e pertencente ao Grupo Suzano. Informações disponíveis em: <https://ri.suzano.com.br/Portuguese/a-companhia/perfil-corporativo/default.aspx>. Acesso em: 27 maio 2021.

19 Conforme a EMAP (2019, p. 102-103): “A arrendatária Suzano Papel e Celulose S.A., por meio do Contrato de Uso Temporário (nº 001/2014), apresentou interesse em fazer uso da infraestrutura portuária do Porto Organizado do Itaqui para a movimentação e armazenagem de celulose. Esse contrato visa à exploração não exclusiva de áreas e instalações portuárias dentro da poligonal. [...] A nova arrendatária deverá implantar instalações de armazenagem voltadas para movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente papel e celulose, desenvolver os acessos ferroviário e rodoviário às suas instalações, a partir da malha existente que chega ao Porto. Além disso, há o projeto de construção do berço de atracação 99, ao sul do atual Berço 100. Estima-se que a capacidade máxima de movimentação pelo terminal alcance 1,5 milhão de toneladas de celulose por ano”.

20 Os planos apresentaram estudos de impacto ambiental (EIA) e relatórios de impacto ambiental (RIMA) para Cajueiro, Mãe Chica, Camboa dos Frades e Nova Camboa (em referência aos moradores que ocuparam o território de Vila Madureira após a remoção das famílias para Paço do Lumiar), Vila Conceição, Sítio São Benedito, Porto Grande, Buenos Aires e as comunidades da Ilha Tauá-Mirim (EMAP, 2019).

21 Para preservar a identidade dos moradores e das lideranças entrevistadas, optamos por identificá-los ao longo do texto com letras iniciais, sem qualquer referência aos seus nomes pessoais.

22 Os moradores destacam que a empresa, para não contratar pessoas da comunidade, alega falta de qualificação profissional dos moradores. No entanto, não existiu até o presente momento nenhum programa ou política pública cujo objetivo fosse reunir esforços para a qualificação desses sujeitos.

23 Referência à pandemia de Covid-19.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO, L. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA, 2017.

AMORIM, J. O. *et al.* Caracterização socioambiental do povoado Camboa dos Frades. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA*, 13., 2009. Viçosa. **Anais [...]**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009, p. 1-12. Disponível em: [http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos\\_completos/eixo11/051.pdf](http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo11/051.pdf). Acesso em: 26 maio 2021.



- BURNETT, F. *et al.* **Planejamento e gestão de cidades no Maranhão: o Executivo municipal e o controle do solo urbano.** São Luís: Editora UEMA, 2016.
- CARVALHO, F. C. **Gestão do território, lugar e conflitos socioambientais: o caso da usina termelétrica Porto de Itaqui em São Luís.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- CARVALHO, F. C.; RIBEIRO, A. L. Gestão do território e conflitos socioambientais: a luta da comunidade Camboa dos Frades. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE: NOVAS ABORDAGENS VELHOS DILEMAS*, 2., 2011. São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UEMA, 2011.
- CORRÊA, M. C. C. **O processo de implantação da Termelétrica do Itaqui, São Luís/MA e a sua influência na dinâmica territorial da comunidade Vila Nova Canaã, Paço do Lumiar/MA.** 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UEMA, São Luís, 2017.
- CRIANÇAS de Camboa dos Frades enfrentam 3 km para ir à escola. **TV Mirante**, São Luís, 23 junho 2009. Disponível em: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2009/06/23/criancas-de-camboa-dos-frades-enfrentam-3-km-para-ir-a-escola.shtml>. Acesso em: 5 maio 2021.
- CRUZ, A. J. A.; ANTIPON, L. C. Uso do território, informação e comunicação na metrópole de São Luís: expulsão e permanência na comunidade do Cajueiro. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 1-17, 2020. Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV\\_3/agb\\_xxiv\\_3\\_web/agb\\_xxiv\\_3-04.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-04.pdf). Acesso em: 27 maio 2021.
- EMAP. **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado do Itaqui (PDZ-ITAQUI).** São Luís: EMAP, 2019. Disponível em: <https://www.portodoitaqui.ma.gov.br/pdf/pdz-itaqui.pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.
- FERREIRA, A. J. A. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014.
- GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012 [1975].
- IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.
- IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.
- IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.
- IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil.** IBGE, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=27139&t=resultados>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares-POF: microdados, 2017-2018.** IBGE, 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=25578&t=microdados>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: segurança alimentar: 2013.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LACROIX, M. L. L. **São Luís do Maranhão: corpo e alma.** 2. ed. ampl. São Luís: Editora da Autora, 2020. v. 2.

- LEFEBVRE, H. **Critique of everyday life**. New York: Verso, 2008. v. 1.
- LOPES XAVIER, G. Matopiba: a ocupação da nova fronteira agrícola nos quadros do padrão exportador de especialização produtiva. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, São Paulo, n. 39, 2019. Disponível: <https://journals.openedition.org/confins/17590>. Acesso em: 27 maio 2021.
- PORTO do Itaqui encerra 2019 com mais de 25 milhões de toneladas de cargas. **Porto do Itaqui**, São Luís, 25 dez. 2019. Disponível em: <https://www.portodoitaqui.ma.gov.br/imprensa/noticia/porto-do-itaqui-encerra-2019-com-mais-de-25-milhoes-de-toneladas-de-cargas>. Acesso em: 20 maio 2021.
- PORTO do Itaqui fecha 2020 acima da marca histórica. **Porto do Itaqui**, São Luís, 3 jan. 2021. Disponível em: <https://www.portodoitaqui.ma.gov.br/imprensa/noticia/porto-do-itaqui-fecha-2020-acima-da-marca-historica>
- RADIMER, K. *et al.* Understanding hunger and developing indicators to assess it in women and children. **Journal of Nutrition Education**, Amsterdam, v. 24, n. 1, p. 36S-44S, 1992.
- RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. **Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. A fome como processo e a reprodução social capitalista. **Boletim Paulista de Geografia, São Paulo**, n. 105, 2021.
- SANT’ANA JÚNIOR, H. A. Complexo Portuário, Reserva Extrativista e desenvolvimento no Maranhão. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 29, p. 281-294, 2016.
- SANT’ANA JÚNIOR, H. A.; ALVES, E. J. P. Conflitos socioambientais no Maranhão: os povoados de Camboa dos Frades (São Luís – MA) e Salvaterra (Rosário – MA). *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS*, 5., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPPAS, 2010. v. 1. p. 1-19.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Unesp, 1979.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 2, n. 16, 2009.
- WEHLER, C. *et al.* The community childhood hunger identification project: A model of domestic hunger – Demonstration project in Seattle, Washington. **Journal of Nutrition Education**, Amsterdam, v. 24, n. 1, p. 29S-35S, 1992.